

economia

Governo aumenta imposto de importação de produtos

Mais de mil itens, incluindo eletrônicos, terão alíquota reajustada

/ TRIBUTOS

No início de fevereiro, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) aumentou as alíquotas do imposto de importação de uma lista ampla de bens de capital (BK), incluindo máquinas, ferramentas e equipamentos, e de bens de informática e telecomunicação (BIT). São englobados mais de mil produtos eletrônicos, incluindo smartphones, freezers e painéis com LED (veja a lista completa abaixo).

A deliberação ocorreu em 28 de janeiro e parte dos aumentos de alíquotas já entrou em vigor em 6 de fevereiro. Outras elevações - no caso das NCMs que hoje possuem alíquota zero, mas não estão enquadradas em ex-tarifários - começam a valer em 1º de março, para que os importadores tenham tempo de pedir seu enquadramento no regime especial, segundo o governo.

Em nota técnica elaborada para embasar a proposta, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda citou a “escalada das importações de Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT)”, dizendo que elas somaram US\$ 75,1 bilhões em 2025, com crescimento acumulado desde 2022 de 33,4%. Segundo a pasta, a penetração de importações está



Parte da elevação já entrou em vigor em 6 de fevereiro

em níveis que “ameaçam colapsar elos da cadeia produtiva e provocar regressões produtiva e tecnológica do País, de difícil reversão”.

Em 2025, as principais origens de importações desses bens foram Estados Unidos, com US\$ 10,18 bilhões e 34,7% de participação; China, com US\$ 6,18 bilhões e 21,1%; Cingapura, com US\$ 2,58 bilhões e 8,8%; e França, com US\$ 2,52 bilhões e 8,6%. O órgão destacou que a participação chinesa cresce em BK e BIT, enquanto EUA mantém relevância agregada, como principal fonte do conjunto das importações. “Importante levar em consideração que o crescimento da participação chinesa como origem das importações de BK e BIT apontam para uma dinâmica estrutural e não apenas con-

juntural”, continua a nota.

Ainda segundo o documento, a elevação das alíquotas deve ter efeito indireto baixo e defasado no IPCA, pois BK e BIT são bens de produção, com exceções e regimes atenuando a cobertura efetiva. “Na cadeia produtiva, a alteração tarifária tem o potencial de reequilibrar preços relativos em favor do produto nacional, com ganhos de encadeamento e potencial de substituição competitiva nos elos mecânicos e de integração, com saldo que tende a ser positivo para a competitividade sistêmica”, completa o órgão da Fazenda.

A pasta recomendou a aprovação da proposta de recomposição das alíquotas do Imposto de Importação de BK e BIT, nos patamares de 7,0%, 12,6% e 20,0% (com elevações específicas para itens estratégicos selecionados), preservadas as exceções e regimes especiais vigentes. E justificou que se trata de medida “moderada e focalizada, necessária para reequilibrar preços relativos, mitigar a concorrência assimétrica, conter a tendência de aumento da penetração de importados e reduzir a vulnerabilidade externa estrutural associada ao déficit setorial”.

Fontes afirmam que a indústria nacional de bens de capital e de bens de informática vem pleiteando medidas dessa natureza diante da perda, para o Brasil, de divisas no comércio internacional. A ideia da elevação das alíquotas seria, portanto, preservar e ampliar a capacidade nacional de produção de equipamentos e insumos de informática.

Escândalo do Master envolveu ‘alinhamento perverso’, diz CVM

/ CASO MASTER

O presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly, disse ontem que o escândalo do Banco Master envolveu um “alinhamento perverso de incentivos entre gestores e investidores” para que fosse mantido o que ele chamou de ficção contábil.

“Foi um me engana que eu gosto”, afirmou. “Por que ele gosta de ser enganado? Porque ele bota no balanço dele que ele tem um balanço muito mais robusto e isso permite que ele continue emitindo CDB e para o Banco Central parece que ele tinha uma solidez que ele não tinha.”

Accioly falou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no âmbito de um grupo de trabalho criado para acompanhar as investigações do caso Master. Inicialmente, a expectativa era ouvir também o ex-banqueiro Daniel Vercaro, dono do banco, mas ele cancelou a ida à comissão depois que o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, negou o uso de jato privado para o deslocamento a Brasília.

Diretor desde 2022 na autarquia que monitora o mercado de capitais, Accioly defendeu a atuação da CVM aos senadores e disse que a supervisão é baseada em

risco, levando a autarquia a dar prioridade a cotistas individuais. “Já os cotistas de fundos exclusivos recebem menos atenção porque se supõe que o grande investidor tem condições de estar verificando isso”, afirmou.

Segundo ele, não houve omissão da CVM no caso Master, pois as irregularidades envolviam fundos exclusivos.

Nesses casos, segundo o presidente interino da CVM, a autarquia atua por denúncias de investidores. “Não é uma omissão regulatória”, disse, acrescentando que a regra pode ser aprimorada, incluindo o uso de tecnologia como algoritmos que identifiquem padrões suspeitos.

Para Accioly, as supostas fraudes do banco também tinham “peculiaridade estrutural”. “Porque o prejudicado, considerando o Banco Master como cotista, não foi uma vítima de fraude, na qual os gestores o enganaram”, afirmou. “Ele foi, em larga medida, promotor ativo do superdimensionamento [dos ativos].”

Antes de responder a perguntas dos senadores, Accioly disse também que sempre que existe um caso de fraude, a responsabilidade é de quem cometeu. “A cada nova fraude, é necessário melhorar os métodos. Não podemos confundir o crime com o combate.”

Arrecadação soma R\$ 325,7 bilhões em janeiro, alta real de 3,56%

/ TRIBUTOS

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 325,751 bilhões em janeiro, informou ontem a Receita Federal. O montante ficou abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de R\$ 326,1 bilhões. As estimativas do mercado iam de R\$ 322 bilhões a R\$ 332,6 bilhões. Em dezembro, a arrecadação foi de R\$ 292,724 bilhões.

O resultado de janeiro representa uma alta de 3,56% na comparação com o mesmo mês de 2025, descontada a inflação do período. Segundo a Receita, é o maior resultado mensal desde 2011, mesmo comparado a outros meses, já levando em conta a inflação.

O órgão destaca, entre os principais fatores positivos, o crescimento de 32,56% do IRR-F-Rendimentos do Capital, que teve uma arrecadação de R\$

14,683 bilhões. A Receita Previdenciária também foi destaque com uma arrecadação de R\$ 63,459 bilhões, representando crescimento real de 5,48%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 3,89% na massa salarial, pelo aumento de 7,46% na arrecadação do Simples Nacional e pelo aumento de 17,02% no montante das compensações tributárias.

Além disso, o IOF apresentou uma arrecadação de R\$ 8,009 bilhões, com acréscimo real de 49,05%. “Esse resultado decorreu, principalmente, das operações de câmbio relativas à saída de moeda estrangeira, das operações de crédito e relativas a títulos e valores mobiliários, decorrentes de alterações na legislação do tributo”, escreveu a Receita. O PIS/Pasep e a Cofins apresentaram uma arrecadação conjunta de R\$ 56,005 bilhões, com acréscimo real de 4,35%.

Alguns dos principais itens que tiveram alíquotas elevadas:

- ▶ Aparelhos inteligentes (smartphones)
- ▶ Congeladores (freezers)
- ▶ Robôs industriais
- ▶ Fornos industriais para tratamento térmico de metais
- ▶ Aparelhos e dispositivos para liquefação do ar ou de outros gases
- ▶ Aparelhos dentários de brocar, mesmo combinados numa base comum com outros equipamentos dentários
- ▶ Aparelhos de tomografia computadorizada
- ▶ Tubos de raios X
- ▶ Máquinas e aparelhos para encher, fechar, arrolhar, capsular ou rotular garrafas
- ▶ Máquinas e aparelhos para preparação de alimentos ou rações para animais

- ▶ Máquinas e aparelhos para as indústrias de açúcar, cervejeira e para a preparação de carnes e de frutas ou produtos hortícolas
- ▶ Distribuidores de adubos (fertilizantes)
- ▶ Painéis indicadores com dispositivos de cristais líquidos (LCD) ou de diodos emissores de luz (LED)
- ▶ Pontes e elementos de pontes
- ▶ Torres e pórticos
- ▶ Reatores nucleares
- ▶ Turbinas para propulsão de embarcações
- ▶ Motores para aviação
- ▶ Bombas para distribuição de combustíveis ou lubrificantes, do tipo utilizado em postos (estações) de serviço ou garagens
- ▶ Fornos industriais